



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 6, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 6 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE. MESTRADO PROFISSIONAL**

Editores responsáveis: Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.06.03>

Recebido em: **02/09/2020**

Aprovado em: **02/09/2020**

EDUCAÇÃO, RENDIMENTO DO TRABALHO E MIGRAÇÃO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO, NO ESTADO DA BAHIA; EDUCATION, LABOR INCOME AND MIGRATION IN THE TERRITORY OF PORTAL DO SERTÃO, IN THE STATE OF BAHIA; ÉDUCATION, REVENUS DU TRAVAIL ET MIGRATION SUR LE TERRITOIRE DE PORTAL DO SERTÃO, DANS LÉTAT DE BAHIA

CESAR BARBOSA

<https://orcid.org/0000-0002-6762-4112>

GESNER BREHMER DE ARAUJO SILVA

<https://orcid.org/0000-0002-3331-3826>

ELISIANA RODRIGUES OLIVEIRA BARBOSA

<https://orcid.org/0000-0001-7225-3347>

**Resumo:** Este artigo se destina a comunicar os primeiros resultados de uma pesquisa que aborda as desigualdades educacionais e salariais entre migrantes e não-migrantes no território de identidade Portal do Sertão, no Estado da Bahia. Para isso propusemos um estudo de natureza aplicada, através de uma abordagem quantitativa, com a finalidade de descrever e explicar as relações existentes entre formação educacional, rendimento do trabalho e a migração de trabalhadores à luz da teoria do capital humano. Ainda que o argumento central da teoria do capital humano tenha sido confirmado, vimos que a relação entre rendimentos e instrução oculta os mecanismos de discriminação no mercado de trabalho, tais como o gênero e a origem étnica.

**Abstract:** This article is intended to communicate the first results of a research that addresses educational and salary inequalities between migrants and non-migrants in the identity territory of the Portal do Sertão, in the State of Bahia. We proposed an applied study, through a quantitative approach, with the purpose of describing and explaining the existing relationships between schooling, labor income and the migration of workers in the light of the human capital theory. Although the central argument of human capital theory has been confirmed, we have seen that the relationship between income and education hides the mechanisms of discrimination in the labor market, such as gender and ethnic origin.

**Résumé:** Cet article entend communiquer les premiers résultats d'une recherche qui approche les inégalités de formation et de salaire entre migrants et non-migrants sur le territoire identitaire de Portal do Sertão, dans l'État de Bahia. Nous proposons une étude appliquée, d'approche quantitative, dans le but de décrire et d'expliquer les relations existantes entre la scolarité, les revenus du travail et la migration des travailleurs à la lumière de la théorie du capital humain. Bien que l'argument central de la théorie du capital humain a été confirmé, nous avons vu que la relation entre revenu et éducation cache les mécanismes de discrimination sur le marché du travail, tels que le sexe et l'origine ethnique.

## 1 INTRODUÇÃO

A Economia da Educação constitui um arcabouço teórico utilizado para entender as consequências do sistema educacional sobre o sistema econômico, bem como do reverso dessa relação. Em outras palavras, ocupa-se das interrelações existentes entre o sistema de reprodução e o sistema de produção da sociedade e suas repercussões sobre o desenvolvimento. Desde muito cedo os economistas despertaram o interesse por essa perspectiva, de modo que ao longo do tempo alicerçaram uma série de estudos que contribuíram para o progresso dessa área da economia. Segundo Barbosa (2006), o interesse por parte dos economistas pelos efeitos econômicos da educação não é novo, sendo possível identificar nas obras dos economistas mercantilistas *William Petty* (1623-1687) e *David Hume* (1711-1776) preocupações com a influência da educação na produtividade econômica. O primeiro relacionou o desempenho econômico das nações a formação educacional dos trabalhadores, atribuindo as escolas e aos *colleges* papel fundamental nesse processo. O segundo, apontou a educação da força de trabalho como uma das principais forças promotoras da atividade econômica.

Para Cabugueira (2002), sem desconsiderar os esforços dos economistas mercantilistas, atribuiu a *Alfred Marshall* (1842-1924) o crédito por estabelecer a conexão entre os processos educativos com a força de trabalho e, de modo especial, com o emprego e a renda. Haveria uma correlação positiva entre produção de riquezas e educação, ou seja, quanto mais qualificado o trabalhador fosse, maior potencial de inteligência e decisão para produção de riquezas ele teria. Por essa razão, Marshall “considerou a educação o mais valioso capital que se investe nos seres humanos” (CABUGUEIRA, 2002, p. 196).

Essa interpretação permitiu o surgimento de uma linha argumentativa na qual a educação, por suas características de investimento, passou a ser vista como um capital. Assim, no período pós-guerra, estudos foram realizados com o objetivo de confirmar a hipótese de que a assimetria em termos de desenvolvimento estava relacionada às disparidades educacionais. Assim, explicava-se o fato de economias como Alemanha e Japão que saíram destruídas da guerra conseguiram se recuperar rapidamente, enquanto as economias da América Latina – que não se envolveram com a guerra – permaneceram em estado de atraso. Como resultado, concluiu-se que as nações que prosperaram foram aquelas que implementaram um forte programa de investimento na área educacional, tornando sua força de trabalho mais produtiva. Outra perspectiva analítica, apontava na direção da distribuição interpessoal da renda ao sugerir que a desigualdade observada nos rendimentos no mercado de trabalho poderia ser explicada de alguma forma pelas diferenças no nível de formação educacional dos indivíduos que faziam parte do mercado de trabalho. Em ambos os casos, os gastos em educação são vistos como um investimento em capital, o capital humano.

Nascia assim a teoria do capital humano, cujos principais expoentes, *Schultz* (1902-1998) e *Becker* (1930-2014), estabeleceram clara distinção entre o capital físico (instalações, máquinas e equipamentos) e o capital humano, atribuindo a este último fundamental importância na estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico e social. No caso do capital físico a posse pode ser transferida e sofre depreciação com o uso. Por outro lado, o capital humano é inalienável e não se desgasta com a sua utilização, na medida em que sua acumulação se dá através de processos cognitivos.

O pós-guerra anunciou ‘um outro movimento: a diáspora de trabalhadores. Observou-se uma intensificação da migração de trabalhadores entre países e regiões. O novo modelo de acumulação, baseado na industrialização e novas tecnologias, passou a requer trabalhadores mais flexíveis. Nesse novo mercado de trabalho, os indivíduos com mais capital humano acumulado têm mais mobilidade. No Brasil esse processo se deu em três momentos: a imigração europeia e asiática, na primeira metade do século XX; o êxodo de contingentes populacionais das regiões Norte e Nordeste em direção à região Sudeste, na segunda metade daquele mesmo século e; do último quarto do século XX até os dias atuais, com a desconcentração da atividade industrial e com a intensificação da

urbanização, observa-se um fluxo migratório no sentido das cidades médias.

Neste artigo, pretendemos contribuir para o entendimento desse terceiro momento. A discussão aborda as desigualdades educacionais e salariais entre migrantes e não-migrantes no território de identidade Portal do Sertão, no Estado da Bahia. Esta perspectiva, nos levou a seguinte questão de pesquisa: quais os diferenciais de rendimentos entre os indivíduos residentes no território de identidade Portal do Sertão tendo como variáveis de controle o nível educacional e a condição de migrante ou não-migrante?

O artigo está estruturado em mais três seções além desta introdução. Na segunda, exibimos os conceitos e categorias que suportaram a análise dos dados. Na terceira, apresentamos os dados, ao tempo que sugerimos uma alternativa analítica para os mesmos. Finalmente, na quarta seção, expomos as nossas considerações finais.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A Economia dedicou especial atenção ao estudo das consequências econômicas da educação, ao ponto de constituir um arcabouço teórico próprio para avaliar, de maneira sistêmica, a relação entre os níveis educacionais da população e o grau de desenvolvimento econômico e social. Uma das possibilidades foi sugerida por *Theodore W. Schultz*, ao formular a teoria do capital humano nos anos 1960. Naquela oportunidade, foi proposto um programa de pesquisa a fim de elucidar o porquê o trinômio terra (recursos naturais), capital e trabalho não era mais suficiente para explicar o desenvolvimento das nações. Ao realizar estudos comparativos do grau de desenvolvimento das economias no pós-guerra, ficou evidenciado que economias como a Alemanha e o Japão, que saíram da guerra, alcançaram níveis elevados de desenvolvimento. Por outro lado, as economias sul-americanas, que contavam com grandes extensões de terra e mananciais naturais, imensos contingentes de trabalhadores e oferta de capital financeiro (esta região passou por um processo de endividamento externo no período), se mantiveram em estado de pobreza. Os resultados apontaram na direção de que o diferencial entre essas economias estava na qualidade educacional de suas populações. Os países do primeiro grupo haviam reformulado seus sistemas de ensino e implementado um programa de investimentos massivos em capital humano. Enquanto isso, os países do segundo grupo, a exemplo do Brasil, priorizaram os investimentos em infraestrutura para atração do capital industrial internacional, negligenciando os investimentos em capital humano. A esse propósito, *Schultz* (1971) afirma que:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (*SCHULTZ*, 1971, p.31)

Nessa perspectiva, o capital humano se aproxima do capital físico quanto aos seus retornos econômicos, visto que os investimentos em capital humano melhora as habilidades e o desempenho do trabalhador, ampliando o potencial para produção. Entretanto, essas duas formas de capital diferem em relação ao modo de acumulação, na medida que o capital humano está intrinsecamente ligado ao cognitivo. Outro aspecto de distinção está no fato de que o capital humano não se deprecia com sua utilização, tal como acontece com o capital físico.

Seguindo a trilha de *Schultz* sobre a taxa de retorno dos investimentos em capital humano, Gary

Becker “não só organizou as observações empíricas emergentes, mas também forneceu um método sistemático para a busca de novos resultados e implicações da teoria” (MONTEIRO, 2016, p. 53), alargando, dessa forma, os horizontes da teoria do capital humano. Em seus estudos sobre escolha, comportamento humano e, particularmente, sobre as famílias, *Gary Becker* chegou a conclusão, através da análise de custo-benefício, que os investimentos familiares na educação dos filhos são compensados com maiores rendimentos do trabalho, considerando que as desigualdades observadas nos rendimentos refletem os diferentes níveis de acumulação de capital humano. Olhando para as diversas externalidade econômicas dos investimentos em capital humano, esse autor recomendou atenção as autoridades públicas ao afirmar que “(...) é importante que o governo tenha planos que estendam a educação a todos, e que esta educação seja de qualidade” (BECKER, 2007, p.35). Reforçando essa argumentação, Cunha, Cornachione Jr. e Martins (2010) afirmam que:

A chave da teoria do capital humano é o conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento potencial. Consequentemente, o investimento em educação leva a um aumento de renda futura, além de ocupar uma posição destacada no progresso das sociedades na forma de bem-estar social e inovação tecnológica (CUNHA; CORNACHIONE Jr; MARTINS, 2010, p. 536).

Nunca é demais ressaltar que, apesar de que os estudos de *Schultz* (1902-1998) e *Becker* (1930-2014), serem reconhecidos como o marco contemporâneo da teoria do capital humano, a preocupação sobre os retornos econômicos da educação já figurava no rol de interesses dos economistas há muitos séculos, conforme citamos na introdução deste artigo as contribuições de *William Petty* (1623-1687) e *David Hume* (1711-1776) nos séculos XVII e XVIII, respectivamente. Há de registrar, ainda, a colaboração de *John Stuart Mill* (1806-1873), que no século XIX vislumbrou uma forte relação entre capacidades humanas e nível educacional.

Para Barbosa (2006), o problema proposto pela teoria do capital humano consiste em:

[...] identificar corretamente a articulação entre o sistema educacional e o sistema econômico. A teoria do capital humano trata a qualificação do trabalho como investimento em capital humano. Em linhas gerais, esta teoria toma como suporte a causalidade entre educação e renda, submetida à seguinte lógica: as pessoas se educam, pois a educação tem como efeito o aprimoramento das habilidades e do conhecimento dos indivíduos que, por seu turno, aumentam a produtividade dos mesmos, permitindo-lhes perceber maiores rendas. Sendo assim, quanto mais se investe em educação, medida em anos de estudo (capital humano acumulado), maior será a renda do indivíduo (BARBOSA, 2006, p. 18).

Dessa forma, os investimentos em capital humano concorrem para o aprimoramento das capacidades humanas e para o aumento da produtividade do trabalho, potencializando a produção de bens e serviços na sociedade.

A teoria do capital humano se estabeleceu a partir do postulado da existência uma correlação entre nível de escolaridade e produtividade do trabalho, de forma que implementou um programa de pesquisa cujo principal objetivo é provar que essa correlação é positiva, com repercussões no rendimento das pessoas e no desenvolvimento econômico e social.

Pierre Bourdieu (1930-2002), embora atribua aos economistas o mérito por vislumbrar a relação entre os investimentos educacionais e seus retornos econômicos, ressalta que a teoria do capital humano é meramente esquemática e formal. Segundo esse autor, por não considerar a estrutura de oportunidades, a teoria do capital humano ignora que o rendimento escolar depende do capital

cultural e o rendimento econômico depende do capital social. O primeiro, é herdado da família e está associado ao sistema de reprodução social, enquanto o segundo está relacionado a tecnoestrutura da sociedade (BOURDIEU, 2001). Ressalta, ainda, que a teoria do capital humano desconsidera que o sistema de educacional preserva sua autonomia. Para esse autor, essa autonomia se manifesta na forma de defasagem existente entre o sistema educacional e o sistema econômico (BOURDIEU, 2001, p. 131).

Para Monteiro (2016), a teoria do capital humano não apenas alargou o conceito de capital para incorporar aspectos não materiais, mas “procura esclarecer o processo de investimento e os incentivos para investir em capital humano, por isso, estudou a educação formal” (MONTEIRO, 2016, p. 45). Ainda segundo essa autora, o programa de pesquisa iniciado por Theodore W. Schultz, nos anos 1960, ampliou a ideia de capital humano para alcançar aspectos que vão para além da escolaridade, tais como a saúde e a migração de trabalho.

Os investimentos em saúde também são investimentos em capital humano, na medida em que pessoas mais saudáveis são mais produtivas. Quanto a migração, segundo Monteiro (2016), na teoria proposta por Schultz, a qualidade da formação educacional é vista como um recurso escasso e, portanto, oferece maiores retornos. Assim, dada a divisão internacional do trabalho, regiões com atividades produtivas mais complexas tendem a oferecer maiores rendimentos, atraindo muitos trabalhadores. Nesse contexto, as pessoas com mais escolaridade, isto é, com mais capital humano acumulado, possuem maior mobilidade.

Saxenian (2002), em estudo sobre o envolvimento de profissionais estrangeiros na vida associativa e na economia empresarial da região do Vale do Silício, na Califórnia, aponta que os engenheiros chineses e indianos, em razão de suas habilidades com a tecnologia, têm grande chance de prosperar como empreendedores nessa região.

Carnoy (2002), em estudo a respeito dos efeitos da globalização sobre a mundialização do emprego, chegou a conclusão semelhante. Entretanto, ressaltou que a indústria baseada na informática – é o caso do Vale do Silício – absorve grandes quantidades de engenheiros e programadores indianos e chineses não apenas por serem altamente qualificados, mas, sobretudo, porque esses profissionais se submetem a salários inferiores aos exigidos pelos profissionais americanos.

Por outro lado, chamamos atenção para o fato de que os salários recebidos pelos profissionais estrangeiros, ainda que inferiores aos recebidos pelos americanos, representam rendimentos maiores que os oferecidos nos mercados de trabalho de seus países de origem. Surge, então, uma relação entre migração, formação educacional e rendimento.

Patarra (2006, p. 8) salienta que as dinâmicas migratórias compreendem uma “contrapartida da reestruturação territorial planetária”, relacionada ao processo de reestruturação produtiva global decorrente dos impactos da globalização. Para Sassen (2008, p. 459) “a globalização também produziu locais que concentram uma demanda crescente de tipos específicos de mão de obra”, de profissionais qualificados e altamente remunerados. Chesnais (1996) argumenta que esse fenômeno foi favorecido pela desregulamentação dos mercados financeiros e pelos avanços tecnológicos que permitiram a intensificação dos fluxos de capital pelo mundo.

Bourdier (2001) destaca que não são apenas as forças tecnológicas e a disposição espacial do capital que irão determinar as migrações dos profissionais qualificados, e sim, “o jogo de mudanças do aparelho de produção e as mudanças do sistema de ensino que está na origem das defasagens entre o sistema de ensino e o de produção” (BOURDIEU, 2001, p. 131). Assim, o processo de migração de profissionais qualificados se deve em parte à formação educacional dos mesmos (sistema de reprodução) e em parte a oferta de emprego (sistema produção). A remuneração será maior quanto mais codificada for a relação entre conhecimento e atividade desempenhada (BOURDIEU, 2001, p. 134).

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para alcançarmos nossos objetivos recorremos a uma base de dados segura, de modo que optamos por utilizar os microdados do Censo Demográfico do ano de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa base de dados, mesmo no que pese a defasagem temporal, nos ofereceu algumas vantagens: i) Trata-se de um inquérito amplo e exaustivo das características da população; ii) Apresenta números que já passaram por todos os testes de consistência feitos pelo IBGE e; iii) Por se tratar de dados oficiais, representam a melhor e mais confiável fonte de informação.

Entretanto, em razão do interesse deste estudo, foram necessários alguns procedimentos para a conformação de nossa base de dados, os quais descreveremos sucintamente a seguir:

Inicialmente, recortamos nos microdados do Censo Demográfico para o Estado da Bahia as informações referentes a 872.780 indivíduos residentes nos municípios que compõem o território de identidade Portal do Sertão, lócus da nossa pesquisa. Uma vez isoladas, selecionamos algumas variáveis que nos auxiliaram na montagem de um quadro situacional do referido território, agregando-as em dois grandes conjuntos de variáveis que foram categorizados da seguinte maneira: Atributos Pessoais e; Rendimentos do Trabalho.

Levando em conta que o rendimento do trabalho é fundamental para o argumento da teoria do capital humano, retiramos da nossa base de dados os indivíduos com idade inferior a 15 anos e superior a 75 anos, considerando que há pouca probabilidade de que esses indivíduos exerçam alguma atividade remunerada. Com esse procedimento, a base de dados foi reduzida para 634.169 pessoas (ver Quadro 1).

Quadro 1 - Território de Identidade Portal do Sertão: População residente por município, 2010

Território de identidade / Município	População Total	%	População com Idade entre 15 a 75 anos	%	Proporção da população total (%)
<b>PORTAL DO SERTÃO</b>	<b>872.780</b>	<b>100,0</b>	<b>634.169</b>	<b>100,0</b>	<b>72,7</b>
Água Fria	15.731	1,8	10.942	1,7	69,6
Amélia Rodrigues	25.190	2,9	17.957	2,8	71,3
Anguera	10.242	1,2	7.463	1,2	72,9
Antônio Cardoso	11.554	1,3	8.058	1,3	69,7
Conceição da Feira	20.391	2,3	14.549	2,3	71,3
Conceição do Jacuípe	30.123	3,4	22.040	3,5	73,2
Coração de Maria	22.401	2,6	15.780	2,5	70,4
Feira de Santana	556.642	63,8	410.639	64,7	73,8
Ipecaetá	15.331	1,8	10.838	1,7	70,7
Irá	27.466	3,1	19.402	3,1	70,6
Santa Bárbara	19.064	2,2	13.065	2,1	68,5
Santanópolis	8.776	1,0	5.981	0,9	68,1
Santo Estêvão	47.880	5,5	33.378	5,3	69,7
São Gonçalo dos Campos	33.283	3,8	23.681	3,7	71,2
Tanquinho	8.008	0,9	5.712	0,9	71,3
Teodoro Sampaio	7.895	0,9	5.678	0,9	71,9
Terra Nova	12.803	1,5	9.005	1,4	70,3

Fonte: Microdados do Censo Demográfico (IBGE)

As informações inscritas no Quadro 1 referem-se à população residente no território de identidade

Portal do Sertão, detalhada por municípios que o compõe, bem como as parcelas dessa população que contribuíram para a formação da nossa base de dados. Esse território de identidade é formado por 17 municípios, sendo Feira de Santana, com 63,8% da população, o mais proeminente de todos. É possível notar, no exame do referido quadro, que os municípios participaram na conformação da base de dados tal qual a sua participação no total da população do território. Ressalte-se, ainda, que a base de dados abrangeu proporção elevada da população (72,7%), garantindo a representatividade da mesma.

Considerando apenas aqueles com idade entre 15 e 75 anos, fizemos a separação dos indivíduos de acordo com sua condição de migrante ou não migrante. A classificação quanto a condição de migrante se deu em camadas. Na primeira, isolamos aqueles que não nasceram no território de identidade Portal do Sertão, o que correspondeu a 33,6% (212.795 habitantes) da nossa população alvo. Ocorre que esse critério não se mostrou suficiente, visto que há uma grande possibilidade de que o indivíduo apenas tenha nascido em outro território, mas toda sua história de vida (ou boa parte dela) e sua formação educacional aconteceu no território Portal do Sertão. Para contornar este problema, partimos para a segunda camada, na qual consideramos como migrante aqueles que, tendo nascido em outro território, residiam no Portal do Sertão há 5 anos no máximo. Por este último critério, tivemos 31,2% de migrante (197.689 habitantes).

Em relação ao enquadramento metodológico, pode-se dizer que se trata de um estudo de natureza aplicada, através de uma abordagem quantitativa, com a finalidade de descrever e explicar as relações existentes entre formação educacional, rendimento do trabalho e a migração de trabalhadores no território de identidade Portal do Sertão, no Estado da Bahia.

Feito esses esclarecimentos, passaremos a apresentar e propor alternativa analítica para os dados. As informações serão exibidas considerando as categorias de atributos pessoais e de rendimentos do trabalho, enquanto a análise será feita de forma comparativa entre os indivíduos migrante e não migrante, tendo como elementos centrais o nível educacional e os rendimentos dos mesmos.

Iniciaremos pelos atributos pessoais. A esse propósito, a Tabela 1 exibe as informações referentes ao gênero, a origem étnica, idade e instrução dos 634.169 indivíduos que compuseram nossa base de dados. O exame dessas informações evidencia que 197.689 (31,2%) indivíduos são considerados migrantes, ao passo em que 436.480 (68,8%) são não migrantes.

Tabela 1 - Território de identidade Portal do Sertão: Atributos Pessoais, 2010

Categoria	TOTAL	%	Migrante	%	Não Migrante	%
GÊNERO	634.169	100,0	197.689	100,0	436.480	100,0
Masculino	299.274	47,2	88.511	44,8	210.763	48,3
Feminino	334.895	52,8	109.178	55,2	225.717	51,7
ORIGEM ÉTNICA	634.169	100,0	197.689	100,0	436.480	100,0
Branca	101.900	16,1	44.643	22,6	57.257	13,1
Negra	524.945	82,8	150.470	76,1	374.475	85,8
Amarela	6.266	1,0	1.982	1,0	4.284	1,0
Indígena	1.012	0,2	594	0,3	418	0,1
Ignorado	46	0,0	0	0,0	46	0,0
FAIXA ETÁRIA	634.169	100,0	197.689	100,0	436.480	100,0
15 a 17 anos	49.143	7,7	7.266	3,7	41.877	9,6
18 a 24 anos	116.789	18,4	23.051	11,7	93.738	21,5

25 a 29 anos	86.700	13,7	21.352	10,8	65.348	15,0
30 a 39 anos	140.976	22,2	42.540	21,5	98.436	22,6
40 a 49 anos	105.659	16,7	41.804	21,1	63.855	14,6
50 a 59 anos	71.313	11,2	32.386	16,4	38.927	8,9
60 anos ou +	63.589	10,0	29.290	14,8	34.299	7,9
<b>NÍVEL DE INSTRUÇÃO</b>	<b>634.169</b>	<b>100,0</b>	<b>197.689</b>	<b>100,0</b>	<b>436.480</b>	<b>100,0</b>
Sem instrução e fundamental incompleto	306.656	48,4	92.788	46,9	213.868	49,0
Fundamental completo e médio incompleto	112.769	17,8	32.571	16,5	80.198	18,4
Médio completo e superior incompleto	183.149	28,9	59.569	30,1	123.580	28,3
Superior completo	28.474	4,5	12.145	6,1	16.329	3,7
Não determinado	3.121	0,5	616	0,3	2.505	0,6

Fonte: Microdados do Censo Demográfico (IBGE)

Quando analisamos pela ótica do gênero, identificamos uma prevalência de indivíduos femininos, com 52,8%. Entre os indivíduos migrantes essa prevalência é ainda maior, 55,2%.

No que se refere à origem étnica, observamos que a população do território de identidade Portal do Sertão é predominantemente de origem negra. Dos indivíduos que compuseram a nossa base de dados, 82,8% são de ascendência afro-brasileira. Esse percentual é ainda maior quando consideramos apenas os indivíduos não migrantes. Entre estes últimos, a ascendência afro-brasileira alcança 85,8%. A melhor performance dos indivíduos de origem branca é exibida pelos migrantes, com 22,6%, mesmo assim a representatividade dos indivíduos negros ainda é bastante elevada, 76,1%, não deixando dúvidas de que esse Território é eminentemente negro.

Com respeito a idade, podemos dizer que a população alvo deste estudo é composta, predominantemente, por indivíduos jovens, na medida em que 62,1% têm menos de 40 anos. Isto significa que o território de identidade Portal do Sertão apresenta grande potencial produtivo, visto que a maioria de seus habitantes tem idade que corresponde ao auge da capacidade laborativa. Esse argumento é reforçado pelo fato de que a faixa etária mais representativa reúne os indivíduos com idade entre 30 e 39 anos, com 22,2%. Os não migrantes acompanham esse comportamento, com maior intensidade no que se refere aos indivíduos com menos de 40 anos (68,6%). Entretanto, os migrantes apresentam um comportamento oposto, visto que sua maior parte tem 40 ou mais anos (52,3%).

Quando nosso olhar recai sobre o nível de instrução, constatamos que a população residente no território de identidade Portal do Sertão apresenta pouca escolaridade. Os dados da Tabela 1 demonstram que os indivíduos sem instrução e fundamental incompleto representam 48,4%. A situação fica mais grave ao percebermos que 66,1% sequer concluíram o ensino médio. Isto reduz o potencial produtivo do Território. Embora, a maioria de seus habitantes tenha idade com maior capacidade laborativa, o fato de a mesma ter pouca educação, tende a diminuir o potencial produtivo.

Ainda falando sobre a instrução, observamos que apenas 4,5% tem ensino superior completo. Esse percentual é maior entre os migrantes do que entre os não migrantes, 6,1% e 3,7%, respectivamente. Com efeito, notamos que 28,9% dos residentes no território de identidade Portal do Sertão, naquele ano de 2010, possuíam ensino médio completo ou superior incompleto. Isso parece promissor, na medida em que o ensino médio é o primeiro nível de educação a operar na formação para o trabalho.

No entanto, chamou a nossa atenção a baixa escolaridade dos indivíduos enquadrados na condição de migrante, visto que essa evidência contraria o argumento de que os indivíduos com mais capital humano acumulado têm mais mobilidade (MONTEIRO, 2016; SAXENIAN, 2002; CARNOY, 2002). Essa aparente contradição pode ser explicada através da atividade econômica desenvolvida do Território, posto que, conforme ressaltado por Bourdieu (2001), a migração de trabalhadores qualificados vai depender, em grande parte da oferta de emprego que exija trabalhadores com tal qualificação.

A esse propósito, convém observar que, naquele ano de 2010, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o setor de comércio e serviços respondia 69,9% produto interno bruto (PIB) do território de identidade Portal do Sertão. As atividades desenvolvidas por esse setor, a exceção dos serviços de comunicação e informação, são poucos exigentes em capital humano, permitindo a inserção de indivíduos com baixa escolaridade.

Passaremos para análise dos rendimentos do trabalho. Para isso, consideraremos os dados inscritos na Tabela 2, que demonstra os rendimentos médios em termos de salários mínimos. Ao relativizar os rendimentos, tornou-se possível comparar mais rapidamente os rendimentos dos indivíduos segundo sua condição de migração, uma vez que os valores foram reduzidos a proporções do salário mínimo vigente em julho de 2010. Outra vantagem desse procedimento está na possibilidade de que os resultados deste estudo sejam confrontados com estudos futuros, por exemplo, com os dados do próximo Censo Demográfico, de modo a revelar a evolução do dos fenômenos aqui estudados.

Tabela 2 - Território de identidade Portal do Sertão: Rendimento médio do trabalho principal em salários mínimos, 2010

Categoria	Total	Migrante	Não Migrante
SEXO	1,4	2,1	1,0
Masculino	1,8	3,0	1,2
Feminino	1,0	1,4	0,8
ORIGEM ÉTNICA	1,4	2,1	1,0
Branca	2,8	4,1	1,8
Negra	1,1	1,5	0,9
Amarela	1,1	1,2	1,0
Indígena	1,0	1,1	0,9
Ignorado	0,5	0,0	0,5
FAIXA ETÁRIA	1,4	2,1	1,0
15 a 17 anos	0,1	0,1	0,1
18 a 24 anos	0,6	0,7	0,6
25 a 29 anos	1,1	1,3	1,0
30 a 39 anos	1,5	2,2	1,2
40 a 49 anos	2,1	3,1	1,4
50 a 59 anos	1,8	2,1	1,5
60 anos ou +	2,1	2,7	1,5
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	1,4	2,1	1,0
Sem instrução e fundamental incompleto	0,8	1,1	0,7
Fundamental completo e médio incompleto	0,9	1,2	0,7
Médio completo e superior incompleto	1,9	3,0	1,3
Superior completo	6,5	8,2	5,1
Não determinado	0,5	0,6	0,5

Fonte: Microdados do Censo Demográfico (IBGE)

Assim, os dados da Tabela 2 evidenciam que os indivíduos masculinos recebiam 80,0% a mais que os femininos. Os rendimentos médios mensais dos indivíduos masculinos eram de 1,8 salários

mínimos, enquanto os indivíduos femininos auferiam rendimentos de apenas 1,0 salário mínimo em média. Surge, então, um forte indício de discriminação por gênero no mercado de trabalho do território de identidade Portal do Sertão. A distribuição da escolaridade é, de longe, favorável aos indivíduos femininos. A nossa base de dados dá conta de que os indivíduos femininos são prevaletentes nos níveis mais elevados de instrução, representando 59,0% daqueles com médio completo e superior incompleto e 64,1% dos que concluíram o ensino superior. Instala-se aqui mais uma contradição com a teoria do capital humano: indivíduos com mais escolaridade, recebendo menor rendimento. A teoria não dá resposta a esse problema, a não ser pelo viés da discriminação e estrutura conservador do mercado de trabalho.

Entre os indivíduos migrantes, a discriminação é ainda mais acentuada, visto que os rendimentos dos masculinos (3,0 salários mínimos) é mais que o dobro dos recebidos pelos indivíduos femininos (1,4 salários mínimos).

Do mesmo modo, constatamos a ocorrência de discriminação por origem étnica, na medida em que a diferença 1,7 salários mínimos em favor dos indivíduos brancos na comparação com os indivíduos negros não encontra abrigo na teoria do capital humano. Semelhante aos indivíduos femininos, os indivíduos negros, que são predominantes na população do Território, são hegemônicos nos níveis de instrução mais elevados. Eles representam 79,4% dos que completaram o ensino médio e 61,6% dos que concluíram o ensino superior. Essa discriminação recai com mais ênfase sobre os migrantes. Enquanto um migrante negro recebe em média um rendimento de 1,5 salários mínimos, o migrante de origem branca alcança um rendimento médio de 4,1 salários mínimos, maior em 133,3%.

A idade trouxe resultados dentro do esperado, uma vez que as faixas etárias maiores apresentaram maiores rendimentos. Isto pode ser explicado pelo fato de que, com o passar do tempo, o trabalhador não acumula apenas anos de vida, mas sim experiência. Ou seja, a idade pode ser considerada como uma proxy de experiência. Como o custo de treinamento é elevado, os indivíduos com mais experiência são mais valorizados. Assim, notamos que os indivíduos com idade de 40 a 49 anos recebem maiores rendimentos. Possivelmente, esses indivíduos acumularam, ao longo dos anos, mais capital humano e experiência. Este raciocínio também vale para aqueles na condição de migrante.

O atributo do nível de instrução, de certo, é o que mais se concilia com a teoria do capital humano. Os dados da Tabela 2 exibem claramente o argumento central desta teoria. Podemos observar que, na medida em que avançamos no nível de instrução, os rendimentos médios se elevam.

No mercado de trabalho do território de identidade Portal do Sertão, o retorno dos investimentos em educação superior é bastante elevado. Notamos que a conclusão de um curso de graduação induzirá um acréscimo no rendimento médio de 4,6 salários mínimos (6,5 -1,9). Em se tratando de um indivíduo na condição de migrante, o retorno será ainda maior, 5,3 salários mínimos (8,2 - 3,0).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo se destinou a comunicar os primeiros resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação, Universidade e Região (EdUReg), cujo principal objetivo é responder a seguinte questão: quais os diferenciais de rendimentos entre os indivíduos residentes no território de identidade Portal do Sertão tendo como variáveis de controle o nível educacional e a condição de migrante ou não-migrante?

Para alcançar esse objetivo, recorremos a um conjunto de autores que nos auxiliaram na compreensão do fenômeno estudado e, buscando objetivar a análise, estruturamos uma base de dados a partir dos microdados do Censo Demográfico do ano de 2010. Esse procedimento mostrou potencial analítico e, como primeira exploração, nos revelou alguns indícios que serão aprofundados com o avançar da pesquisa.

Assim, mesmo no que pese as restrições do método e a defasagem temporal da base de dados, foi

possível traçar o perfil do indivíduo na condição de migrante residente no território de identidade Portal do Sertão. Trata-se de um sujeito que se reconhece enquanto feminino (55,2%), afrodescendente (76,1%), com 40 ou mais anos (52,3%) e com no máximo ensino médio incompleto (63,4%).

Quando analisamos os rendimentos tendo como recorte o nível de instrução, foi possível confirmar o argumento da teoria do capital humano, uma vez que verificamos uma correlação positiva entre essas duas variáveis. Entretanto, devemos ver esse resultado com cautela, visto que a relação entre rendimentos e instrução oculta os mecanismos de discriminação no mercado de trabalho do território de identidade Portal do Sertão.

Identificamos duas fontes de discriminação: o gênero e a origem étnica. Ficou constatado que os migrantes femininos, ainda no que pese acumulem mais capital humano, percebem rendimentos muito inferiores aos indivíduos masculinos. O mesmo acontece com os indivíduos afrodescendentes que, embora respondam por 76,1% da população de migrante, apresentam rendimentos médios correspondente a 36,6% dos rendimentos auferidos pelos indivíduos de origem branca.

Dessa forma, ainda no que pese o caráter incipiente da pesquisa, podemos afirmar que, no mercado de trabalho do território de identidade Portal do Sertão, uma migrante negra sofre dupla discriminação.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cesar. Economia da educação e distribuição dos rendimentos nos municípios baianos. **Revista FAEEBA**, v. 15, n.º 26, p. 15-34, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/viewIssue/231/130>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

BECKER, G. S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed. New York: University of Chicago, NBER, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 2a ed. Org. de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2001.

CABUGUEIRA, Artur C. C. Martins. Contributos reflexivos para o estudo das relações entre a educação e o desenvolvimento. *Gestão e Desenvolvimento*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa (CR-Beiras), n. 11, p. 193-233, 2002. Disponível em: <[http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/GD11/gestaodesenvolvimento11\\_193.pdf](http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/GD11/gestaodesenvolvimento11_193.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2010.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reformada educação: o que os planejadores devem saber**. Brasília: Unesco, 2002.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, (1996)

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; CORNACHIONE Jr., Edgard Bruno; MARTINS, Gilberto de Andrade. Doutores em ciências contábeis: análise sob a óptica da teoria do capital humano. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 532-557, Jun. 2010. Disponível em: . Acesso em: 04 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000300009>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

E ESTATÍSTICA (IBGE): Microdados do Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <tps://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=microdados>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MONTEIRO, W. de F. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, 2(1), 40-56, .2016. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2020.

MONTEIRO, Waleska de Fátima. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Rev. Econ. do Centro-Oeste**, Goiânia, v.2, n.1, pp. 40-56, 2016

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, ago. 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SASSEN, Saskia. Two stops in today's new global geographies: shaping novel labor supplies and employment regimes. **American Behavioral Scientist**, [S.L.], v. 52, n. 3, p. 457-496, nov. 2008. SAGE Publications. Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2020.

SAXENIAN, AnnaLee. **Local and global networks of immigrant professionals in Silicon Valley**. San Francisco, CA: Public Policy Institute of California, 2002. Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2010.

SCHULTZ, T. W.. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro:

Zahar, 1971.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI): Sistema de Informações Municipais. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2018.

\*Doutor em Educação; Mestre em Economia; Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (DCIS/UEFS); Professor do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC); Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan); Membro dos Grupos de Pesquisa Educação, Universidade e Região (EDUREG), Estudos em Macroeconomia Aplicada (GEMA) e Estudos Propriedade Intelectual e Economia Criativa na Universidade do Estado da Bahia (GREPRINTECU). E-mail: cbarbosa2005@gmail.com

\*\*Mestrado em Planejamento Territorial (UEFS); Graduado em Economia (UEFS). E-mail: gesnerbrehmer@hotmail.com

\*\*\*Doutora em Educação; Mestre em Educação; Coordenadora Pedagógica (Emitec/SEC); Membro dos Grupos de Pesquisa Linguagem, Infância, EJA e Tecnologias da Informação e Comunicação (GELITIC) e Estudos Propriedade Intelectual e Economia Criativa na Universidade do Estado da Bahia (GREPRINTECU). E-mail: elisianabarbosa@yahoo.com.br